

## **O Papel da Sociedade Civil no Programa Nacional de Segurança Pública**

Paulo de Mesquita Neto <sup>1</sup>

A implementação e os resultados do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci) dependerão em grande parte do compromisso do governo federal com os objetivos do programa, mas também do apoio dos governos estaduais e municipais, das polícias e da sociedade civil. À sociedade civil cabe principalmente monitorar a implementação do programa, avaliar resultados e colaborar e para promover e consolidar avanços na redução do crime e da violência e promoção da segurança pública.

O Fórum da Cidadania Contra a Violência ([www.fccv.org.br](http://www.fccv.org.br)) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública ([www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br)) são duas novas organizações com atuação, respectivamente, no Estado de São Paulo e no País, criadas no contexto das graves crises da segurança pública que eclodiram em São Paulo e Rio de Janeiro em 2006. As duas organizações têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das políticas, instituições, práticas e serviços de segurança pública e reúnem amplo conjunto de representantes da sociedade civil, universidade e centros de pesquisa. O Fórum Brasileiro reúne ainda policiais federais, civis e militares, e gestores estaduais e municipais comprometidos com reformas e inovações na segurança pública. As duas organizações têm propostas concretas para melhoria da segurança pública, e procuram colaborar com o governo federal e os governos estaduais e municipais na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas de controle e prevenção do crime e da violência.

Juntamente com as diversas organizações e grupos da sociedade civil que atuam diretamente ou indiretamente na área da segurança pública no Estado de São Paulo, o Fórum da Cidadania defende e promove – o que é um dos principais eixos do Pronasci – ações para a profissionalização e valorização da polícia e do policial.

O Pronasci contempla um amplo leque de ações, as principais ações são: a) bolsa-formação, de até R\$ 400,00 por mês, para policiais que ganham até R\$ 1.400,00 e participem de cursos de atualização profissional promovidos

---

<sup>1</sup> Paulo de Mesquita Neto, Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Columbia, é coordenador da área de direitos humanos do Núcleo de Estudos da Violência e consultor da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da organização dos Estados Americanos, onde coordena a elaboração do relatório “Segurança Cidadã e Direitos Humanos na América Latina”. É sócio-fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e participou da criação do Fórum da Cidadania Contra a Violência.

pela Secretaria Nacional de Segurança Pública; b) financiamento de moradia para policiais através da Caixa Econômica Federal; c) fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública, e d) construção de prisões para jovens de 18 a 24 anos. O programa prevê a aplicação de R\$ 6,7 bilhões até 2012, dos quais R\$ 3,0 bilhões (44,8%) são destinados à bolsa-formação para policiais – o que demonstra a prioridade atribuída a esta ação.

A questão, do ponto de vista da sociedade civil, é saber se, em que medida e de que maneira a bolsa-formação e cursos de atualização podem contribuir para a profissionalização e valorização das polícias e dos policiais. E, ainda, saber o custo-benefício desta ação comparativamente a outras ações que poderiam ser desenvolvidas com os mesmos recursos, visando à valorização da polícia e do policial ou outras ações visando à melhoria da segurança pública no país.

É praticamente inevitável a comparação da bolsa-formação com a bolsa-família. A bolsa-família é um sucesso de público e contribuiu significativamente para a reeleição do Presidente Lula. Mas já é reconhecida a dificuldade de monitorar a implementação e avaliar os resultados do programa. Esta dificuldade será ainda maior no caso da bolsa-formação. Apesar de ser um programa de menor porte, a Secretaria Nacional de Segurança Pública não tem a estrutura necessária para sua implementação.

Além disso, se a bolsa-formação contribui para complementar o salário dos policiais, a contribuição dos cursos de atualização para a profissionalização e valorização do policial e da polícia depende da regularidade e qualidade dos cursos e do apoio dos governos e das organizações policiais para aplicação das práticas e procedimentos aprendidos nos cursos. Qual a utilidade de cursos de atualização, se o policial volta para sua organização e não encontra condições – e frequentemente se depara com obstáculos, resistência e até oposição – para aplicar na prática o que aprendeu nos cursos?

Estudos e pesquisas, nacionais e internacionais, demonstram que a valorização da polícia e do policial depende principalmente do aperfeiçoamento da gestão das organizações policiais e das políticas de segurança pública. Por esta razão, o Fórum da Cidadania insiste na importância de reformas e inovações na gestão de organizações policiais e políticas de segurança pública, inclusive com a valorização da participação dos policiais nas decisões sobre políticas de segurança e estratégias organizacionais.

Outras ações importantes neste processo são: a) o aperfeiçoamento da produção de dados e informações e sua utilização na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública e estratégias organizacionais; b) aumento da transparência e do acesso aos dados dos governos e das polícias, tanto por parte de integrantes dos governos e das polícias quanto do público; c) aperfeiçoamento dos instrumentos de controle interno e externo da polícia; d) reforço da responsabilização legal, política e social dos gestores e policiais; e) articulação das políticas e organizações da segurança pública com políticas e organizações (governamentais e não governamentais) atuando nas áreas da justiça criminal, execução penal e prevenção do crime e da violência.

O Pronasci tem semelhanças com os programas anunciados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso no ano 2000 (Programa Nacional de Segurança Pública) e pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva ao tomar posse em 2003 (*Projeto Segurança Pública para o Brasil*), não apenas na importância atribuída à profissionalização e valorização das polícias e dos policiais. Mas tem uma diferença fundamental em relação aos dois primeiros programas: o papel reservado à sociedade civil na sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Na formulação dos programas de 2000 e 2003, houve intensa participação de representantes de organizações da sociedade civil, da universidade e de centros de estudos especializados no assunto – participação fundamental para viabilizar a implementação dos dois planos, que, ainda assim, foi extremamente limitada e parcial. Na formulação do Pronasci, entretanto, a participação da sociedade foi bastante limitada, o que dificulta a sua participação na implementação das ações previstas no programa. Superar esta limitação inicial é fundamental para a sustentabilidade e aperfeiçoamento do programa e para a construção de políticas nacionais, estaduais e municipais de segurança pública que ultrapassem os limites de um governo.

<sup>1</sup> Paulo de Mesquita Neto, Ph.D. em Ciência Política pela Universidade de Columbia, é coordenador da área de direitos humanos do Núcleo de Estudos da Violência e consultor da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da organização dos Estados Americanos, onde coordena a elaboração do relatório “Segurança Cidadã e Direitos Humanos na América Latina”. É sócio-fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e participou da criação do Fórum da Cidadania Contra a Violência.